



ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: estudo de caso da empresa Energisa Mato Grosso S/A

Paulo Gleyson Dantas¹
Wilson Antunes de Amorim²

RESUMO

A Contabilidade trabalha para prover seus usuários com informações que sejam relevantes para a tomada de decisão. A Análise das Demonstrações Contábeis tem se mostrado uma poderosa ferramenta para a geração de informações. Tais informações geradas pela referida análise contribuem para usuários internos e externos que necessitam conhecer a realidade econômica e financeira de uma empresa. Entre os usuários externos podemos citar principalmente fornecedores e instituições financeiras que são os principais financiadores de qualquer tipo de negócio. Este trabalho tem o objetivo de apontar a situação econômica e financeira da empresa Energisa Mato Grosso S/A, através da Análise de suas Demonstrações Contábeis. Foram utilizados o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício dos anos de 2015 e 2016. A metodologia utilizada na pesquisa parte de um estudo de caso com viés qualitativo e descritivo que está fundamentado no levantamento bibliográfico. Foram feitas as análises horizontais e verticais, estrutura de capitais, indicadores de liquidez e de rentabilidade. Através do estudo, utilizando-se dos indicadores para a elaboração da pesquisa, chegou-se a informação de que a empresa possui bons números que demonstram sua capacidade de se manter no mercado, com liquidez e margem de lucro satisfatória.

Palavras-chave: Contabilidade, análise das demonstrações, profissional contábil, contabilidade brasileira.

ABSTRACT

Accounting works to provide its users with information that is relevant to decision making. The Analysis of Financial Statements has proven to be a powerful tool for generating information. Such information generated by said analysis contributes to internal and external users who need to know the economic and financial reality of a company. Among external users we can mention mainly suppliers and financial institutions that are the main financiers of any type of business. This work has the objective of pointing out the economic and financial situation of the company Energisa Mato Grosso S / A, through the Analysis of its Financial Statements. The balance sheet and income statement for the years 2015 and 2016 were used. The methodology used in the research is based on a case study with a qualitative and descriptive bias that is based on the bibliographic survey. Horizontal and vertical analyzes, capital structure, liquidity and profitability indicators were made. Through the

¹ Acadêmico do curso de Ciências Contábeis da AJES – Faculdade de Ciências Contábeis e Administração do Vale do Juruena. Email.: paulogleyson@hotmail.com

² Professor do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Contábeis e Administração do Vale do Juruena – AJES. Email Will-1953@hotmail.com



study, using the indicators for the elaboration of the research, the information arrived that the company has good numbers that demonstrate its capacity to remain in the market, with liquidity and a satisfactory profit margin.

Key words: Accounting, analysis of the statements, professional accounting, brazilian accounting.

INTRODUÇÃO

Atualmente o ramo empresarial está cada vez mais competitivo e pode-se notar que as entidades buscam periodicamente reduzir seus custos e realizar o aumento de suas receitas. Desta forma, a contabilidade se destaca como ferramenta essencial, que gera informações para que os usuários possam tomar decisões pautadas na real situação econômica e financeira da empresa. Mesmo assim, no Brasil, a contabilidade ainda não alcançou o status que merece, conforme cita Favero *et al* (2011, p. 26) “enquanto nos Estados Unidos a Contabilidade é vista como instrumento vital para o gerenciamento das organizações, no Brasil a Contabilidade ainda não atingiu esse *status*”.

A escrituração contábil deixou de ser a única prioridade, hoje os profissionais devem criar bom relacionamento com seus clientes. A partir disto a contabilidade deve prestar informações para a tomada de decisões às entidades de forma clara e objetiva para que assim sejam realizados negócios de forma segura.

Segundo Martins *et al* (2014, p. 2), “...a contabilidade se destinava ao dono do patrimônio que desejava medir e controlar as variações ocorridas na sua riqueza, ou seja, a contabilidade nasceu por uma necessidade gerencial. (...)” Na atualidade a contabilidade não se destina somente aos registros dos fatos contábeis, nota-se outras técnicas e novas normas para o exercício da profissão, sendo um bom exemplo disto, a análises das demonstrações contábeis.

Conforme descreve a literatura, é necessário que o empresário se convença da importância da contabilidade como ferramenta de gestão, e esse convencimento só acontece quando de fato o mercado exige que a empresa seja cada vez mais eficiente. Este estudo buscou embasamento teórico para mostrar aos leitores que é possível fazer a leitura da saúde financeira de uma empresa, mesmo não estando inserido em seu contexto interno. Dessa forma, a questão que se levantou foi a seguinte: “Qual é a situação econômica e financeira da empresa Energisa Mato Grosso S/A nos anos de 2015 e 2016?”.

Para responder ao problema de pesquisa, foram estabelecidos objetivos. Tais objetivos contribuem para apresentar o que se busca no presente trabalho, ou seja, onde se pretende chegar com a pesquisa. O objetivo geral da pesquisa é analisar a situação econômica e financeira da empresa, tendo como base o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício dos anos de 2015 e 2016. Além disso, para corroborar com o estudo realizou-se uma pesquisa bibliográfica, para elaborar o referencial teórico que embasa o estudo de caso.

A análise financeira e econômica foi feita utilizando-se somente o Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado do Exercício dos anos de 2015 e 2016. Para tanto serão utilizados os seguintes indicadores: análise vertical e horizontal, capital circulante líquido, índices de liquidez, margem de lucro sobre as vendas, giro do ativo, retorno sobre o investimento, retorno sobre o patrimônio líquido. Salienta-se aqui que existem outras



Demonstrações Contábeis e outros indicadores que não foram contemplados no estudo e que também podem contribuir para a definição da situação econômica e financeira das empresas.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 CONTABILIDADE – CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

O desenvolvimento das informações contábeis acompanhou a evolução da sociedade, atendendo assim a demanda de prestar o devido registro a seus usuários, de acordo com Favero *et al* (2011, p. 33) “A contabilidade desenvolveu-se de acordo com as necessidades de informações da sociedade”.

Afirma também que “...à medida que se procurava atender aos requisitos de informações dos usuários, desenvolviam-se novas teorias no sentido de proporcionar condições para o controle do patrimônio e a tomada de decisões”. A partir dos fatos e registros contábeis as informações levantadas contribuem para a tomada de decisão de seus usuários.

Para Crepaldi (2013, p. 18) “A ampliação do leque dos usuários potenciais da contabilidade decorre da necessidade de uma empresa evidenciar suas realizações para toda a sociedade”. Assim Crepaldi (2013) apresenta que a contabilidade realiza o levantamento de dados e transforma os mesmos em relatórios e demonstrações contábeis que serão utilizados por seus usuários internos e externos contribuindo assim, para uma tomada de decisão que seja mais aproximada do acerto em relação a suas transações.

Segundo Szuster *et al* (2013, p. 17) “... a Contabilidade também se estrutura para fornecer diferentes tipos de informações”. Menciona que as informações devem ser passadas aos usuários internos, como também os externos. Assim a extração de informações que os métodos contábeis realizam através das ferramentas a serem apresentadas neste trabalho, contribui para a elaboração de bases com um certo grau de segurança, conforme relatam os autores.

1.1.1 Conceitos e finalidades

A contabilidade aqui descrita é uma ciência que estuda e registra os fatos. Para Sá (2010, p. 46) “...a contabilidade é a ciência que estuda os fenômenos patrimoniais, preocupando-se com realidades, evidências e comportamentos dos mesmos, em relação à eficácia funcional das células sociais”.

Segundo Crepaldi (2013) a Contabilidade é um recurso da parte administrativa que tem por finalidade controlar o patrimônio, apurar seu resultado e prestar tais informações a seus usuários.

Assim, para Szuster *et al* (2013, p. 15) “A contabilidade é a ciência social que tem por objetivo medir, para poder informar, os aspectos quantitativos e qualitativos do patrimônio de quaisquer entidades”. Pode-se notar que a contabilidade é norteadas pelas variações do patrimônio, sendo o objeto de atuação.

A definição do objeto da contabilidade é o patrimônio, para Crepaldi (2013), e para Szuster *et al* (2013) a informação de maior importância para as entidades e para a contabilidade é o patrimônio, onde se acompanha as suas variações pelos períodos em que o mesmo fica em posse da organização. De acordo com Sá (2010, p. 60) o patrimônio “...é um conjunto impessoal de meios e recursos materiais e imateriais, existentes em determinado momento, visando à satisfação das necessidades da atividade de uma célula social”.

Desta maneira, a contabilidade tem um papel de trabalho sobre o patrimônio, e seu objetivo é claro sobre seus aspectos, e o controle se faz essencial. Para Szuster *et al* (2013) a contabilidade tem como seu maior item o fornecimento de informações para a elaboração de controle e planejamento do patrimônio, apresentando a situação econômica e financeira de uma empresa. Nota-se a relevância das informações na contabilidade, por meio de registros objetivos e verdadeiros.

Conforme coloca Crepaldi (2013, p. 6) a Contabilidade possui os principais sistemas de controle de informações, assim:

Com a análise do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício, é possível verificar a situação da empresa, sob os mais diversos enfoques, tais como análises de estrutura, de evolução, de solvência, de garantia de capitais próprios e de terceiros, de retorno de investimentos etc. Crepaldi (2013, p. 6)

Desta maneira, nota-se que a partir da emissão dos relatórios aos usuários, a contabilidade permite que sejam realizadas as análises das demonstrações contábeis e assim possam ser executados investimentos através do planejamento e tomada de decisões. Crepaldi (2013) descreve o planejamento como uma segunda finalidade, onde o as informações que as análises proporcionam, desvendam as condições para o crescimento, como também as necessidades de redução de custos ou despesas.

1.1.4 A NOVA CONTABILIDADE BRASILEIRA

No Brasil a contabilidade tem sua evolução de forma distinta, de acordo com Favero *et al* (2011) as metodologias utilizadas foram duas, aplicadas no desenvolvimento do conhecimento contábil, sendo a primeira com base na escola italiana e a segunda à escola americana. Ambas as escolas com seus estudos já sendo desenvolvidos nos seus respectivos continentes, e assim o Brasil inicia seus ensinamentos com os métodos da escola italiana, de maneira predominante.

De acordo com Iudícibus (2006, p. 41) “...o Brasil foi inicialmente influenciado pela escola italiana”. Para Iudícibus, as paixões e discussões sobre as escolas foram mais ativas no Brasil.

Segundo Favero *et al* (2011) com a implantação de empresas norte-americanas e inglesas no Brasil, começou-se então a despargir os métodos contábeis utilizados por tais empresas, com esta situação introduziu-se também organizações de auditoria que mais tarde favoreceram para desqualificar os profissionais formados na escola italiana.

Conforme destaca Iudícibus (2006, p. 41):

[...] a Contabilidade no Brasil evoluiu sob a influência da escola italiana, não sem aparecerem traços de uma escola verdadeiramente brasileira, até que algumas firmas de auditoria de origem anglo-americana, certos cursos de treinamento em Contabilidade e Finanças, oferecidos por grandes empresas [...]. Iudícibus (2006, p. 41)

A consequência desta ocupação da escola norte-americana, como Favero *et al* (2011) apresentam, foi a inadequação e desinteresse da escola italiana, assim abrindo espaço para que os métodos deles fossem aplicados evidenciando a contabilidade no Brasil.

O autor Iudícibus (2006) destaca que, conforme as empresas de auditoria anglo-americana aplicavam seus métodos contábeis como parâmetro, começou a existir influência



que foi mencionada como uma “americanização” do entendimento das normas e procedimentos de Contabilidade.

Conforme colocado por Favero *et al* (2011) a escola italiana tomada como base a teoria do débito e crédito, inicialmente surgem os fatos contábeis e logo devem ser registrados para a formação das demonstrações contábeis. Assim Favero *et al* (2011, p. 25) destaca que “...o que tornava a escola italiana desmotivadora é que se os alunos não entendem a teoria do débito e do crédito nos primeiros meses de aula, poderão ter dificuldades de acompanhar o curso até o final”.

Segundo Iudícibus (2006, p. 47) “...a partir de 1920, aproximadamente, se inicia a fase de predominância norte-americana dentro da Contabilidade, também auxiliada pelo poderio econômico e político do grande país irmão...”.

Outro fato que apresentam Favero *et al* (2011) é que no Brasil se tem excessiva dificuldade para desenvolver modos de ensinamentos de fácil entendimento teórico aos alunos em relação a prática contábil requerida, de acordo com os ensinamentos da escola italiana.

Para o autor Iudícibus (2006, p. 42), o que tornou a mudança da cultura da contabilidade no Brasil, sobre a teoria da escola italiana, foi a introdução das empresas de auditoria norte-americanas, assim os profissionais brasileiros que tiveram contato com este conhecimento mudaram sua forma de pensar e aplicar nas outras escolas.

1.2 CONVERGÊNCIAS ÀS NORMAS INTERNACIONAIS (NBC, IRFS, CPC)

Muito embora desde 1920 a contabilidade brasileira tenha começado a seguir a escola norte-americana, somente em 1976 é que a legislação se adequou e trouxe parâmetros e normas para o exercício da profissão no país. A Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conhecida como Lei das S.A. trouxe embasamento para os profissionais, bem como para os usuários da contabilidade.

No Brasil as mudanças aconteceram a passos lentos, e somente no ano de 2007, através da Lei de nº 11.638, foram promovidas algumas alterações e revogações na redação da Lei nº 6.404/76. Essas alterações ocorreram como primeiro passo para o processo de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade.

As mudanças aprovadas tiveram seu maior impacto na elaboração e publicação das demonstrações contábeis, como forma de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade (International Financial Reporting Standards - IRFS), uma vez que a contabilidade não abdicou de suas normas, o processo é de conciliação com as IRFS.

Segundo Marion (2012, p. 49) “Com a chegada da Lei nº 11.638/07 observamos a ênfase num modelo internacional de lei societária”. Desta forma realizando melhorias nas demonstrações contábeis, pode-se relacionar as seguintes alterações. De acordo com Martins *et al* (2013, p. 05) “[...] a Demonstração dos Fluxos de Caixa passou a compor o elenco das demonstrações obrigatórias, em substituição à Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos”. Marion (2012, p. 49) apresentou a nova estrutura que o balanço deve ser apresentado, como a criação do grupo de contas de intangíveis no permanente, ajustes a valor presente e outros.

1.2.1 Criação do Comitê de Pronunciamentos Técnicos (CPC)

Com o início da globalização da contabilidade internacional, e a padronização das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) com as IRFS, surge então a necessidade de



apresentar as normas contábeis na forma de interpretações e orientações, de modo eficiente. De acordo com FEA/USP (2010, p. 11) O “[...] Comitê produz Pronunciamentos, Interpretações e Orientações a partir das Normas Internacionais emanadas do IASB, que é o órgão internacional para qual estão em processo de convergência [...]”.

As mudanças que objetivaram a padronização também foram necessárias para mudar o modo de pensar dos profissionais contábeis. Conforme apresenta GUERRA (2015, p. 1) o processo de transformação é capaz de produzir informações contábeis para o país de maneira grandiosa, porém, destaca que tais mudanças são pequenas, ou seja, “meramente formais” e assim coloca que o modo de pensar dos profissionais é que terão as mudanças significativas, pois são os que aplicam os conhecimentos contábeis.

O Comitê de Pronunciamentos Técnicos (CPC) é constituído pela junção de representantes dos preparadores de demonstrações contábeis, contadores, auditores independentes, dos usuários das informações contábeis, e dos principais órgãos reguladores do Brasil. FEA/USP (2010, p. 11) “Os órgãos que compõe o CPC são Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA), Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (APIMEC), Bolsa de Valores - Mercadorias e Futuros (BMF&BOVESPA), Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Fundação Instituto Brasileiro de Pesquisas Contábeis Atuariais e Financeiras (FIPECAFI) e Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON).

Os pronunciamentos técnicos são em sua maioria uma tradução da norma internacional, isso facilita o processo de convergência. Há inúmeros pronunciamentos contábeis criados para auxiliar os profissionais da contabilidade, dentre eles, o pronunciamento técnico de número 00. O mesmo trata da Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-financeiro, ou seja, a realização dos processos e relatórios contábeis deve estar enquadrada neste CPC, mesmo que de uma forma ampla, uma vez que há outros pronunciamentos que podem detalhar as normas para o processo ou relatório em questão como o CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Quanto ao CPC 26 o mesmo trata das estruturas de cada relatório contábil, aponta as normas que devem ser seguidas pelos usuários que fornecem informações contábeis a outras entidades. As demonstrações obrigatórias para empresas de capital abertas são: O Balanço Patrimonial, Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado, conforme item 10 do CPC 26.

1.3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis possuem objetivos claros quanto as suas funções e apresentam todas as informações apuradas no período pela entidade. Crepaldi (2013) relata que a finalidade das demonstrações contábeis é de apresentar informações sobre as variações patrimoniais e financeiras a seus usuários, para as devidas avaliações e tomadas de decisões.

Conforme pronunciamento técnico CPC 26 (R1) item 9:

As demonstrações contábeis são uma representação estruturada da posição patrimonial e financeira e do desempenho da entidade. O objetivo das demonstrações contábeis é o de proporcionar informação acerca da posição patrimonial e financeira, do desempenho e dos fluxos de caixa da entidade que seja útil a um grande número de usuários em suas avaliações e tomada de decisões econômicas. As demonstrações contábeis também objetivam apresentar os



resultados da atuação da administração, em face de seus deveres e responsabilidades na gestão diligente dos recursos que lhe foram confiados. Pronunciamento técnico CPC 26 (R1) item 9

Segundo Martins *et al* (2014, p. 13) “A Estrutura Conceitual foi desenvolvida de forma a ser aplicável a uma gama de modelos contábeis e conceitos de capital e manutenção”. Tal pronunciamento regula a estrutura que devem ser apresentadas as demonstrações contábeis, com a finalidade padronizar a emissão destes relatórios.

O Art. 176. LEI Nº 6.404, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1976 estabelece que ao fim de cada exercício social, a entidade deverá elaborar, com base na escrituração mercantil da organização, as demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício, que são elas:

I - balanço patrimonial; II - demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados; III - demonstração do resultado do exercício; e IV – demonstração dos fluxos de caixa; V – se companhia aberta, demonstração do valor adicionado. O Art. 176. LEI Nº 6.404, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1976.

Com a elaboração das demonstrações contábeis ao final do exercício social, as entidades devem sempre manter o padrão de estrutura e nomenclatura de suas contas, segundo Crepaldi (2013, p. 205) “A informação comparativa deve ser divulgada com respeito ao período anterior para todos os valores apresentados nas demonstrações contábeis do período corrente”.

Para Martins *et al* (2014, p. 19) tal fato corresponde a Comparabilidade, que “...é a característica qualitativa que permite que os usuários identifiquem e compreendam similaridades e diferenças entre itens de um (sic) mesma entidade ou entre diferentes entidades”. As demonstrações contábeis serão apresentadas a seguir.

1.3.1 Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial representa a seus usuários uma maneira sucinta de informar os saldos relativos às contas operacionais, divididas por grupos e subgrupos. Para Martins *et al* (2014) o Balanço Patrimonial é uma fotografia da entidade, no momento em que se finaliza o período ou quando se faz necessário.

Favero *et al* (2011, p. 66) afirmam que o Balanço Patrimonial “É muito importante para a análise da estrutura de capital e da capacidade financeira da empresa”.

Assim conforme pronunciamento conceitual básico CPC 00 (R1) item 4.2 são apresentados os elementos que devem conter no balanço patrimonial:

As demonstrações contábeis retratam os efeitos patrimoniais e financeiros das transações e outros eventos, por meio do agrupamento dos mesmos em classes amplas de acordo com as suas características econômicas. Essas classes amplas são denominadas de elementos das demonstrações contábeis. Os elementos diretamente relacionados à mensuração da posição patrimonial e financeira no balanço patrimonial são os ativos, os passivos e o patrimônio líquido. Pronunciamento conceitual básico CPC 00 (R1) item 4.2

Para Crepaldi (2013, p. 207) “O balanço patrimonial é um resumo que apresenta os saldos finais das contas do sistema patrimonial”. E isso faz com que se tenha o pensamento de uma imagem da entidade, no momento em que se elabora o balanço patrimonial.



1.3.2 Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)

Ao final de cada exercício social, acompanha-se do balanço patrimonial a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), devem ser elaboradas em conjunto para o complemento de suas informações, e tendo o objetivo de apresentar as receitas e despesas ocorridas no período.

Para FEA/USP (2010, p. 177):

A Demonstração do Resultado do Exercício, elaborada simultaneamente com o Balanço Patrimonial, constitui-se no relatório sucinto das operações realizadas pela empresa durante determinado período de tempo; nele sobressai um dos valores mais importantes às pessoas nela interessadas, o resultado líquido do período, Lucro ou Prejuízo. FEA/USP (2010, p. 177)

Segundo Szuster *et al* (2013, p. 37) “A DRE evidencia, de forma ordenada, todas as receitas auferidas e das despesas incorridas pela entidade durante determinado período, ou seja, a riqueza (resultado) gerada ou não no período”.

De acordo com Favero *et al* (2011, p. 90):

A Demonstração do Resultado do Exercício é um relatório contábil que procura demonstrar o resultado obtido pela entidade em determinado período de tempo através da confrontação entre as receitas e despesas desse mesmo período. Favero *et al* (2011, p. 90)

Conforme pronunciamento técnico CPC 26, item 81A, a demonstração do resultado deve apresentar:

(a) o total do resultado (do período); (b) total de outros resultados abrangentes; (c) resultado abrangente do período, sendo o total do resultado e de outros resultados abrangentes. Pronunciamento técnico CPC 26, item 81A

Assim, conforme pronunciamento CPC 00 (R1) a demonstração do resultado do exercício, divide-se entre as receitas e despesas da entidade.

1.3.3 Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA)

Na DLPA, são apresentadas todas as variações ocorridas sobre os lucros ou prejuízos da entidade, de uma maneira clara e objetiva para o entendimento dos usuários. Segundo Marion (2012) a DLPA seria de forma ideal substituída pela DMPL por ter uma maior riqueza de informações.

Para FEA/USP (2010, p. 189):

As causas e os efeitos, dos registros e do saldo, da conta Lucros ou Prejuízos Acumulados, são de grande importância para as pessoas interessadas na empresa. Mostram as retenções de lucros, as distribuições de lucros aos sócios, os ajustes de exercícios anteriores, saldos ainda não destinados etc. FEA/USP (2010, p. 189)

Conforme o Art. 186 § 2º da Lei nº 6.404/76. A demonstração de lucros ou prejuízos acumulados discriminará:



I - o saldo do início do período, os ajustes de exercícios anteriores e a correção monetária do saldo inicial; II - as reversões de reservas e o lucro líquido do exercício; III - as transferências para reservas, os dividendos, a parcela dos lucros incorporada ao capital e o saldo ao fim do período. Art. 186 § 2º da Lei nº 6.404/76

Tais informações apresentadas a DLPA são de interesse dos sócios da entidade, uma vez que desta forma receberão as suas partes no lucro ou devem preparar-se para prejuízos futuros através de reservas.

1.3.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

Nesta demonstração, registram-se todas as entradas e saídas ocorridas no período de atividade no caixa da entidade, apresentando assim as suas respectivas origens e destinos. Segundo Szuster *et al* (2013, p. 119) “A Demonstração dos Fluxos de Caixa mostra as origens e aplicações de caixa, que é a base para a avaliação da situação financeira da empresa e sua capacidade de pagamento das obrigações”.

Conforme pronunciamento técnico CPC 26 (R1):

A informação sobre fluxos de caixa proporciona aos usuários das demonstrações contábeis uma base para avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e as necessidades da entidade para utilizar esses fluxos de caixa. O Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa define os requisitos para a apresentação da demonstração dos fluxos de caixa e respectivas divulgações. Pronunciamento técnico CPC 26 (R1)

Para Martins *et al* (2014) os usuários das demonstrações contábeis, através da Demonstração dos Fluxos de Caixa podem analisar a disponibilidade da entidade para saldar suas obrigações, e como também a de gerar fluxo de caixa futuro por meio das demais atividades operacionais, como investimentos, taxas de conversões e outros.

A Demonstração de Fluxo de Caixa é dividida em três grupos, conforme descrito por autores da área de conhecimento. Martins *et al* (2014) destacam que os efeitos das transações que interferem nas operações do caixa e nas equivalências de caixa no período estão distribuídas nos seguintes grupos, atividades operacionais, atividades de investimentos e atividades de financiamentos. De acordo com o CPC 03 (R2) item 18, as entidades podem apresentar a DFC se utilizando de dois métodos, sendo o direto com as principais movimentações de entradas e saídas de recursos, e o indireto realizando os ajustes do lucro com as movimentações que não afetaram o caixa.

1.3.5 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A seguinte demonstração trata das riquezas geradas pela entidade. Segundo Martins *et al* (2014, p. 67) “... a DVA evidencia o valor adicionado pela entidade, deduzindo das suas receitas os custos dos recursos obtidos de terceiros”.

Conforme pronunciamento técnico CPC 09 que trata da Demonstração do Valor Adicionado:

5. A DVA deve proporcionar aos usuários das demonstrações contábeis informações relativas à riqueza criada pela entidade em determinado período e a forma como tais riquezas foram distribuídas. 6. A distribuição da riqueza criada deve ser detalhada, minimamente, da seguinte forma: (a) pessoal e encargos; (b) impostos, taxas e



contribuições; (c) juros e aluguéis; (d) juros sobre o capital próprio (JCP) e dividendos; (e) lucros retidos/prejuízos do exercício. Pronunciamento técnico CPC 09

De acordo com Crepaldi (2013) a DVA deve ser elaborada com base nas demonstrações já consolidadas pela entidade, para evidenciar a participação dos sócios não controladores.

1.3.6 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)

A DMPL trata as variações ocorridas no patrimônio, de acordo com os saldos incorridos no período, assim desenvolve um papel de suma importância no quadro de demonstrações contábeis. Segundo Szuster *et al* (2013, p. 116) “A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido informa a movimentação ocorrida nas contas do PL a partir do saldo final de cada contado exercício anterior – Capital Social, Reservas de capital, Reservas de Lucros, Prejuízos Acumulados”.

Desta maneira, o pronunciamento regula a estrutura e conteúdo das demonstrações de DMPL no âmbito geral, sendo que cada entidade terá seu grupo de conta. O objetivo é obter clareza na apresentação dos dados da entidade, para que os usuários internos como também os fornecedores possam compreender as operações de funcionamento.

1.4 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O conhecimento que se tem das análises das demonstrações contábeis, é a certeza da sua importância de acordo com seus objetivos. Segundo Martins *et al* (2014, p. 4) “O objetivo da análise depende do usuário, porque cada usuário demanda um tipo específico de informação”.

Para Iudícibus (1998) a análise deve ser compreendida de maneira cautelosa, dentro das possibilidades e limitações desta técnica, e assim é mais apontado falhas do que soluções, e destaca que para fins de controle é altamente recomendado.

1.4.1 Indicadores de liquidez

O estudo dos indicadores de liquidez permite aos usuários da contabilidade obter informações sobre determinada entidade, em que se buscam os dados. As informações prestadas através das fórmulas são capazes de informar a situação financeira da organização pesquisada. Segundo Assaf neto (2007, p. 189) “Os indicadores de liquidez evidenciam a situação financeira de uma empresa frente a seus diversos compromissos financeiros”.

Braga (2012) apresenta que as avaliações de liquidez têm o objetivo de evidenciar a capacidade financeira das empresas, comparadas a suas exigibilidades e sendo uma das ferramentas mais importantes da contabilidade interna.

A partir disto, se tem as análises específicas ao utilizar os seguintes indicadores mencionados a seguir.

1.4.1.1 Liquidez Corrente (LC)

Para o indicador de liquidez corrente, se obtém a informação da capacidade financeira da empresa de fomentar seu capital de giro em curto prazo. Segundo Assaf neto (2007, p. 190) “A liquidez corrente indica o quanto existe de ativo circulante para cada \$ 1 de dívida a curto

prazo”. De acordo com Braga (2012) por este indicador, entende-se que a empresa deverá apresentar o valor monetário em quantidade maior que 1 (um) real para liquidar suas dívidas a curto prazo.

1.4.1.2 Liquidez Seca (LS)

O indicador de liquidez seca apresenta a capacidade da empresa de liquidar suas dívidas, com a conta de maior valor de seu ativo circulante, de forma que se tenha tal valor em espécie seja em caixa ou banco/aplicações. De acordo com Assaf neto (2007, p. 190) “O quociente demonstra a porcentagem das dívidas a curto prazo em condições de serem saldadas mediante a utilização de itens monetários de maior liquidez do ativo circulante”.

Para Braga (2012) a conta estoques localizada no ativo circulante sobre inúmeras variações em relação a suas saídas, assim deve-se retirar a mesma para o cálculo, pois necessariamente é a prova real da empresa, apresentando a capacidade de pagamento a curto prazo utilizando seus recursos alocados no disponível.

1.4.1.3 Liquidez Imediata (LI)

O indicador de liquidez imediata trata-se da porcentagem de dívidas a curto prazo da entidade, confrontada com os seus valores presente na conta disponível do Balanço Patrimonial. Para Assaf neto (2007, p. 190) “Revela a porcentagem das dívidas a curto prazo (circulante) em condições de serem liquidadas imediatamente”.

De acordo com Braga (2012) tal índice revela a quantidade de numerário que se detém em caixa e banco para honrar compromissos imediatos, e assim a entidade também poderá optar em deixar uma quantidade na conta disponível para controlar estas situações adversas.

1.4.1.4 Liquidez Geral (LG)

O indicador de liquidez geral tem a finalidade de apresentar a capacidade de financeira de liquidar todas as suas obrigações incluídas em seu passivo, se utilizando de todos os valores em seu ativo. Para Assaf neto (2007, p. 147) “Este quociente indica a capacidade financeira da empresa para solver todos os compromissos para com seus credores de curto e longo prazos (passivo)”.

Braga (2012) apresenta que, o indicador de liquidez geral tem por objetivo revelar a capacidade da entidade de liquidar suas dívidas de curto e longo prazos, e possui também a finalidade de medida de segurança para o mercado econômico, onde a organização não poderá ter valor monetário abaixo de \$ 1.

1.4.2 Estrutura de capitais

A estrutura de capitais tem como objetivo apresentar aos usuários da contabilidade os quocientes de endividamento da entidade, e assim demonstrar a composição de endividamento da organização. Para Iudícibus (2016, p. 109) “São quocientes de muita importância, pois indicam a relação de dependência da empresa com relação a capital de terceiros”.

Segundo Martins *et al* (2014) os índices que se devem utilizar para realizar a análise das demonstrações contábeis devem ter relações com as origens dos recursos da entidade,

sendo próprio ou de terceiros, assim com o objetivo de apresentar a informação de qual recurso a empresa está se mantendo para a realização de suas atividades.

1.4.2.1 Endividamento

O indicador de endividamento se baseia em saber, quanto a entidade possui de capital próprio, com relação ao seu passivo total sendo o capital de terceiros. Para Assaf neto (2007, p. 165) “Mostra o quanto a empresa tomou de empréstimo para cada \$ 1 de capital próprio aplicado”.

De acordo com Martins *et al* (2014, p. 139) “O índice de endividamento mostra quanto a empresa tem de dívidas com terceiros (passivo circulante + passivo não circulante) para cada real de recursos próprios (patrimônio líquido)”.

O indicador de composição do endividamento tem como finalidade informar aos analistas contábeis o quanto a empresa possui de endividamento no curto e longo prazo em relação a dívida total, favorecendo a visão geral do passivo circulante e passivo não circulante. Para Martins *et al* (2014, p. 140) “Para analisar a solvência de uma entidade, é importante conhecer os prazos de vencimentos de suas dívidas”. Ou seja, através deste indicador pode-se verificar quanto a empresa possui de dívidas no curto e longo prazo, para fins de planejamentos e tomadas de decisões.

Conforme apresenta Iudícibus (2016) as empresas que se utilizam de recursos de terceiros devem observar a finalidade do mesmo, pois para realizar investimento em produção, ou aquisição de equipamentos, a entidade tem a possibilidade de negociar prazos longos para que desta forma tenha condições de amortizar as dívidas, exceto para aquelas que possuem seus recebimentos em curto prazo, tendo assim recursos para liquidar no curto prazo.

1.4.3 Margem líquida

O indicador de margem líquida confronta os valores do lucro líquido da entidade com as vendas líquidas ocorridas no exercício, este indicador auxilia os analistas contábeis a obter informações quanto ao desempenho das vendas na região. Conforme apresenta Silva (2007, p. 114) “... este índice compara o Lucro Líquido em relação às Vendas Líquidas do período, apresentando o percentual de LUCRATIVIDADE gerado”.

De acordo com Iudícibus (2008) a margem líquida tem como finalidade ser um comparativo entre o lucro com as vendas líquidas, assim para que se possa obter algum resultado que apresente a situação da empresa quanto ao seu desenvolvimento financeiro.

1.4.4 Retorno sobre o investimento (ROA ou ROI)

O indicador de retorno sobre o investimento (ROI) apresenta os valores de remuneração obtidos no período sobre seus ativos, com destinação a seus acionistas que investiram na entidade. Segundo Assaf neto (2007, p. 238) “O numerador da fórmula do ROI – lucro operacional – representa a remuneração gerada aos acionistas (lucro líquido) e credores (despesas financeiras)”.

Para Iudícibus (2016) é um indicador de grande importância para a análise de balanço, o mesmo destaca a possibilidade de se calcular através de duas variantes o retorno sobre o



investimento, sendo a margem líquida e operacional, com o propósito de se chegar a um quociente.

1.4.5 Retorno sobre patrimônio líquido

O retorno sobre o patrimônio líquido é o indicador que representa o ganho ou perda da capacidade de remunerar seu capital investido pelos sócios. Segundo Assaf neto (2007, p. 239) “O retorno sobre o patrimônio líquido – RSPL representa a taxa de rentabilidade auferida pelo capital próprio da empresa, sendo dimensionado pela relação entre o lucro líquido e o patrimônio líquido, excluído o lucro líquido do próprio exercício”.

Conforme apresenta Iudícibus (2016) destaca a importância deste indicador, pela capacidade de expressar as mudanças em consequência da gestão dos recursos, sendo próprio ou de terceiros que se obtém um resultado em benefícios aos sócios.

2 METODOLOGIA

A metodologia do trabalho visa apresentar aos leitores a finalidade e métodos a serem utilizados para que o resultado estabelecido seja alcançado, desta forma, permeia o planejamento estrutural e organizacional do projeto.

Esta pesquisa trabalhou com dados qualitativos, expostos de forma descritiva. Utilizaram-se os procedimentos de pesquisa bibliográfica e estudo de caso.

O período de informações levantadas para estudo compreendem os anos de 2015 e 2016 da empresa ENERGISA MATO GROSSO – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. As demonstrações utilizadas foram o Balanço Patrimonial (BP) e a Demonstração de Resultado do Exercício (DRE).

Os indicadores utilizados nesta pesquisa serão: endividamento, composição do endividamento, indicadores de liquidez, margem líquida, retorno sobre o investimento e retorno sobre patrimônio líquido.

3 ESTUDO DE CASO (ANALISE DOS DADOS)

3.1 DESCRIÇÃO DA EMPRESA ESTUDADA

O trabalho apresentado tem como base para estudos a distribuidora de energia privada do estado do Mato Grosso, a mesma compõe o Grupo Energisa que atende treze (13) distribuidoras localizadas em Minas Gerais, Sergipe, Paraíba, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, São Paulo e Paraná.

O estado de Mato Grosso teve sua primeira usina hidrelétrica em 1928, funcionou até surgir a necessidade do aumento da produção de energia no estado, de maneira obrigatória, tendo como solução a construção de outra usina, em 1958 foi criada a Central Elétrica Mato Grossense, e ao longo dos anos os sistemas de geração, transmissão, transformação e distribuição foram ampliados, interligando boa parte do estado.

Em 1994, o Governo do Estado de Mato Grosso e a Eletrobrás passaram a administrar grande parte do capital aberto da empresa, que em 1997, viria a ser leiloada e adquirida pelo Grupo Rede, logo após em 2014, a ANEEL aprovou a transferência da gestão da Rede Cemat para o Grupo Energisa.

Através do portal da BM&FBOVESPA e portal Grupo Energisa, foi realizado o levantamento das informações e relatórios financeiros. A companhia tem seu capital aberto, e assim suas ações são negociadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa).

3.5 INDICADORES DE LIQUIDEZ

Tabela 1 - Indicadores de liquidez

Indicadores de Liquidez - 2015			
Liquidez Corrente	1.367.317	/ 1.088.625	= 1,26
Liquidez Seca	1.354.521	/ 1.088.625	= 1,24
Liquidez Imediata	307.602	/ 1.088.625	= 0,28
Liquidez Geral	4.666.751	/ 3.317.125	= 1,41

Indicadores de Liquidez - 2016			
Liquidez Corrente	1.512.425	/ 1.390.232	= 1,09
Liquidez Seca	1.500.800	/ 1.390.232	= 1,08
Liquidez Imediata	485.661	/ 1.390.232	= 0,35
Liquidez Geral	5.329.113	/ 3.535.504	= 1,51

A análise dos índices de liquidez, apresenta bons resultados na empresa, assim a liquidez corrente no ano de 2015 apresentou que a empresa possui capacidade de liquidar suas dívidas de curto prazo, em que para cada R\$ 1,00 (um real) de dívida no curto prazo a empresa possui R\$ 1,26 para pagar, tendo uma diminuição no ano de 2016, caindo para R\$ 1,09. Mesmo com tal diminuição a empresa possui capacidade para pagar suas dívidas em ambos os períodos.

O indicador de liquidez seca verifica a capacidade da empresa em liquidar suas dívidas sem a necessidade de incluir os estoques, desta forma, no ano de 2015 para cada R\$1,00 (um real) de dívidas do curto prazo a empresa possui R\$ 1,24 para saldar e no ano de 2016 sofreu uma diminuição na capacidade de sanar suas obrigações para R\$ 1,08. Contudo, a empresa continua com a sua capacidade em liquidar suas dívidas de curto prazo sem utilizar os estoques.

Para quesito de avaliação da liquidez imediata, indica a capacidade do disponível de uma empresa liquidar suas obrigações de curto prazo. De acordo com os valores acima, foi identificado a falta de capacidade de disponibilidade para sanar as obrigações do curto prazo nos períodos estudados. Sendo que no ano de 2015, para cada R\$ 1,00 (um real) de dívidas a empresa possui R\$ 0,28 para pagar e no ano de 2016, ocorreu um aumento para R\$ 0,35. Assim pode-se dizer que a empresa não teria condições de liquidar suas obrigações do curto prazo de forma imediata utilizando suas disponibilidades.

Com o índice de liquidez geral, é possível a empresa honrar com as suas obrigações em longo prazo sem utilizar o seu ativo permanente em um momento de necessidade de encerramento de atividades. No ano de 2015 para cada R\$ 1,00 (um real) de dívidas no longo prazo a mesma terá de recursos em seu ativo para sanar de R\$ 1,41 e no ano de 2016 um aumento para R\$ 1,51, assim favorecendo a empresa.

3.4 ESTRUTURA DE CAPITAIS

Tabela 2 - Indicadores estrutura de capital

Indicadores estrutura de capital - 2015	
Grau de Endividamento	$(1.088.625 + 2.228.500) / 1.349.626 = 246\%$
Composição do Endividamento	$1.088.625 / (1.088.625 + 2.228.500) = 33\%$

Indicadores estrutura de capital - 2016	
Grau de Endividamento	$(1.390.232 + 2.145.272) / 1.793.609 = 197\%$
Composição do Endividamento	$1.390.232 / (1.390.232 + 2.145.272) = 39\%$

Para o Grau de Endividamento, foi obtido como resultado a seguinte situação. A cada R\$ 100,00 (cem reais) de capital próprio, a empresa tomou de capital de terceiros a quantia de R\$ 246,00 no ano de 2015 caracterizando ser elevado, porém este indicador não pode ser definido como ruim, pois o seu endividamento está concentrado no Passivo Não Circulante. O indicador apresentou uma queda no ano de 2016, como pode ser observado na análise horizontal do período de -3,76%, extraindo-se que para R\$ 100,00 (cem reais) de capital próprio a empresa possui R\$ 197,00 de capital de terceiros também concentrados no Passivo Não Circulante.

Quanto a Composição de Endividamento, se tem a capacidade de medir o quanto de dívidas a empresa possui com vencimento de curto prazo em relação ao endividamento total. A empresa apresentou um baixo indicador de endividamento no curto prazo no ano de 2015, sendo de 33%. De acordo com o aumento verificado na (AH) de 27,71% no Passivo Circulante, o endividamento no curto prazo do ano de 2016, aumentou para 39% do endividamento total.

3.6 INDICADORES DE RENTABILIDADE

Tabela 3 - Indicadores de rentabilidade

Indicadores de Rentabilidade - 2015	
Margem Líquida	$((45.246 / 3.564.422) * 100) / 100 = 1,27\%$
ROI	$45.246 / 4.666.751 = 1\%$
ROE	$45.246 / 1.349.626 = 3\%$
Giro do Ativo	$3.564.422 / 4.666.751 = 0,76$

Indicadores de Rentabilidade - 2016	
Margem Líquida	$((120.189 / 3.331.068) * 100) / 100 = 3,61\%$
ROI	$120.189 / 5.329.113 = 2\%$
ROE	$120.189 / 1.793.609 = 7\%$
Giro do Ativo	$3.331.068 / 5.329.113 = 0,63$

A análise da margem líquida refere-se à verificação da obtenção de lucro sobre o valor das prestações de serviços líquidas, ou seja, o quanto está sendo recebido de lucro por meio desta geração de receita. A empresa apresentou no ano de 2015 o percentual de 1,27%



sofrendo um aumento significativo no ano de 2016, obtendo um aumento para 3,61% de margem líquida sobre a receita líquida.

O indicador de rentabilidade sobre o ativo ou investimento (ROA ou ROI) mensura a capacidade da empresa em gerar lucros como também investimentos de uma forma geral. De acordo com a análise, a empresa teve um percentual de retorno em 2015 de 1% e consequentemente um aumento no ano de 2016 para 2%.

No indicador de rentabilidade sobre o PL ou retorno do capital próprio (ROE), se mensura o quanto que os sócios obtêm de retorno sobre os investimentos da empresa. Conforme análise, a empresa teve em 2015 o percentual de retorno de 3% tendo um aumento no ano de 2016 para 7%, sendo favoráveis os investimentos da empresa.

3.4 PARECER DA ANÁLISE

A empresa Energisa obteve um aumento em seu caixa e equivalentes caixa devido a rentabilidade em aplicações financeiras, o que proporcionou o investimento em seu ativo de investimento e liquidação de passivos. Foi possível observar que a empresa se prejudicou ao liquidar passivos de longo prazo, enquanto o seu passivo de curto prazo aumentou devido a encargos de dívidas. O desempenho da empresa obteve melhora com a redução de custos de prestação de serviços e aumento das receitas financeiras.

CONCLUSÃO

Diante das análises realizadas nas demonstrações financeiras da empresa Energisa Mato Grosso – Distribuidora de Energia S/A, pode-se realizar algumas ponderações, uma vez que a empresa possui um bom planejamento estratégico, que foi possível notar na redução de seu passivo não circulante, aumento no ativo circulante e demais investimentos rentáveis.

Os números apresentados nas pesquisas foram satisfatórios para entender os processos da empresa, financeiramente a mesma se encontra em situação favorável, sendo uma prestadora de energia elétrica privada apresentou bons indicadores. A liquidez imediata não foi o suficiente para cobrir suas dívidas de curto prazo, porém a empresa concentra suas obrigações em longo prazo e possui uma rentabilidade positiva, a empresa analisada não concentra seu recurso em caixa, sempre mantendo em aplicações. Apesar da alta participação de terceiros, a concentração em curto prazo é a característica da eficiência que a empresa possui.

Para a atual vivência do profissional contábil, foi possível mostrar a análise financeira da empresa estudada, com indicadores conforme a sua realidade, pois a empresa opera com um prazo curto de recebimento dentro dos 90 dias. O que apresenta a real importância das análises das demonstrações contábeis. O trabalho de pesquisa foi satisfatório uma vez que respondida a pergunta que desencadeou o problema: “Qual é a situação financeira da empresa Energisa Mato Grosso – Distribuidora de Energia S/A no ano de 2016 comparado a 2015?”. E assim foi possível alcançar os objetivos da pesquisa, uma vez que, foi realizada a análise financeira da empresa através dos dados apurados e as interpretações das informações por meio das buscas em bibliografias..

Através da pesquisa observou-se que a empresa realiza muitos investimentos com terceiros, desde a infraestrutura de subestações como o financiamento de obras e aprimoramentos, que trazem também uma rentabilidade aos sócios acionistas. A partir deste trabalho, cria-se novas oportunidades de pesquisa a outros usuários, a empresa elabora muitas



outras informações contábeis que podem ser exploradas, possui um porte elevado e com uma economia de suma importância para o estado.

REFERENCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

BRASIL. **Art. 176 LEI No 6.404, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1976**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404consol.htm>. Acesso em: 30 jun. 2016.

_____. **Art. 186 § 2º da Lei nº 6.404/76**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404consol.htm>. Acesso em: 30 jun. 2016.

BRAGA, Hugo Rocha. **Demonstrações contábeis: estrutura, análise e interpretação**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Conheça o CPC**. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/CPC/Conheca-CPC>>. Acesso em: 25 maio 2016.

_____. **CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro**. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos>>. Acesso em: 27 maio 2016.

_____. **CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA)**. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos>>. Acesso em: 30 maio 2016.

_____. **CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis**. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos>>. Acesso em: 30 maio 2016.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Curso básico de contabilidade: resumo da teoria, atendendo às novas demandas da gestão empresarial, exercícios e questões com respostas**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

FACULDADE DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO/USP. **Contabilidade introdutória**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

FAVERO, Hamilton Luiz et al. **Contabilidade: teoria e prática**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GERRA; Luciano. **A nova contabilidade: convergência ao padrão internacional**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2012.



MARTINS, Eliseu; MIRANDA, Gilberto José; DINIZ, Josedilton Alves. **Análise didática das demonstrações contábeis**. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2014.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Contabilidade gerencial**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

_____. **Teoria da contabilidade**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

_____. **Análise de balanços**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Análise de balanços**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

SÁ, Antônio Lopes de. **Teoria da Contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Alexandre Alcântara da. **Estrutura, análise e interpretação das demonstrações contábeis**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

_____. **Estrutura, análise e interpretação das demonstrações contábeis**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

SZUSTER, Natan et al. **Contabilidade geral: introdução à Contabilidade Societária**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

REIS, Arnaldo Carlos de Rezende. **Demonstrações contábeis: estrutura e análise**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.